

*Discurso na cerimônia de abertura
da IV Conferência Ministerial da
Defesa das Américas*

MANAUS, AM, 17 DE OUTUBRO DE 2000

Senhores Ministros da Defesa das Américas; meu caro amigo, Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, Doutor Cesar Gaviria; Senhores Embaixadores; Senhores Comandantes das Forças Brasileiras; Senhores Oficiais-Generais, aqui presentes; Deputados; Senadores; Senhoras e Senhores,

É com muita satisfação que venho mais uma vez a Manaus e, desta feita, para abrir a IV Conferência Ministerial de Defesa das Américas.

A escolha da capital do Amazonas para abrigar este encontro não foi gratuita. Moveu-nos o desejo de partilhar com as Nações amigas do hemisfério a nossa percepção de que a Amazônia pode e deve prestar valiosa contribuição ao desenvolvimento e à segurança nacionais.

São conhecidas dos brasileiros as minhas ligações com a Amazônia. Como sabe o Governador, como sabem os Deputados aqui presentes, que são da região, minha mãe nasceu aqui, em Manaus, e aqui sempre me trouxeram também ora motivações acadêmicas – há uns trinta anos, escrevi um livro sobre a ocupação da Amazônia e, nessa ocasião, andei pela parte sul da Amazônia, no lado do Pará – , ora vim aqui por causa das minhas responsabilidades políticas,

como homem público, e ora vim aqui como simples cidadão, para me reencontrar com a Amazônia.

Tenho vindo como Presidente vezes à Amazônia. E não só aqui a Manaus. Também a Belém, Santarém, Rio Branco, Porto Velho, que são as capitais dos estados amazônicos. Falo, também, de outras áreas: São Gabriel da Cachoeira, Carajás, Xapuri, Pacaraima, Oiapoque, Mairauá, Urucu, Parintins, Tabatinga, Tefé, Iauaretê, Itacoatiara e tantos outros confins amazônicos dos quais o Brasil inteiro se orgulha.

Hoje, pretendo passar a noite em uma base de instrução do Exército brasileiro encravada no coração da floresta amazônica.

Senhores Ministros, Senhores Delegados, vivemos em um mundo que ainda não encontrou a paz almejada. A nova ordem global convive com ameaças e também com conflitos difusos.

Ao recebê-los hoje em Manaus, nessa terra, como já lhes expressei, tão querida minha, desejo reiterar a preocupação, que é de todos os países das Américas, com a escalada da violência no Oriente Médio.

É triste constatar que, em um conflito como esse, para cuja solução a comunidade internacional não tem poupado esforços diplomáticos, a lógica da hostilidade e da confrontação suplanta a lógica da conciliação e da paz. É necessário inverter esse processo, e para tanto o Brasil confia em que as lideranças israelenses e palestinas não perderão as novas oportunidades que se abrem a partir da reunião de cúpula no Egito para trilhar o caminho do diálogo e do entendimento.

Diálogo e entendimento é o que justamente se busca nas reuniões de Ministros da Defesa das Américas, que têm servido como um instrumento indispensável para o aprofundamento de convergências neste continente em temas decisivos para o futuro de nossos povos.

São temas complexos, sensíveis, e que por isso mesmo exigem o permanente intercâmbio de experiências, o refinamento das análises e – o que é óbvio – a preocupação invariável do respeito mútuo entre Estados soberanos, democráticos e amantes da paz como são os nossos.

Os tempos mudam, e isso exige, com freqüência, atualização de conceitos. Realidades que se davam por eternas desapareceram. Conflitos que se viam como insuperáveis foram varridos pela força da própria histó-

ria. A afirmação de princípios democráticos e de valores universais como os direitos humanos, o reforço da cooperação internacional, a globalização dos fluxos de bens, capital e tecnologia, o avanço nos processos de integração regional – tudo isso trouxe alterações, e alterações muito positivas, para a compreensão dos temas de segurança.

O Brasil, como vários outros países, tem feito esforços para atualizar seu pensamento na área de defesa. Adotamos novas diretrizes para a política de defesa nacional. Criamos um Ministério da Defesa. E avançamos na compreensão dos riscos e desafios à segurança dos Estados no século XXI.

Não tenciono, aqui, entrar no detalhe da visão brasileira sobre os temas ligados à paz e à segurança, ou à cooperação hemisférica em matéria de defesa. O Ministro Quintão terá a oportunidade de fazê-lo.

Quero aproveitar esta ocasião para dizer algumas palavras sobre a importância que atribuo à Amazônia e ao esforço dessa região para fazer frente aos novos desafios – que não se situam apenas na área de segurança, mas que delineiam um panorama que, acredito, é de grande relevância para a reflexão sobre os temas da agenda desta reunião.

Sabemos que a Amazônia, pela magnitude de suas escalas, sempre exerceu fascínio, desafiando a imaginação, suscitando mitos, ora sob uma nota positiva e utópica, como a promessa do Eldorado, ora sob um tom pessimista e superficial, como o mito do Inferno Verde.

Lendas como essas fizeram a fortuna de romancistas e contribuíram para um continuado desconhecimento da Amazônia, fonte maior dos sofismas e mal-entendidos que se perpetuaram ao longo do tempo sobre a região.

Dizia um estadista brasileiro, Joaquim Nabuco – amigo da cooperação hemisférica e que estudou como poucos a fronteira setentrional do Brasil – que a ação pública não pode jamais prescindir do conhecimento, da análise prévia e cuidadosa da realidade. Somente assim se faria uma política com “P” maiúsculo, uma política que seja história.

E isso é particularmente importante no caso da Amazônia. Porque as suas próprias dimensões geográficas tornam indispensáveis o conhecimento e a informação.

Um dos problemas seculares dos habitantes da região amazônica foi sempre, e em boa medida ainda é, o seu isolamento. Com as novas tecnologias – que não eliminam, mas tornam irrelevantes, as grandes distâncias –, essa situação pode experimentar mudanças históricas no que se refere ao acesso à educação, à presença do Estado nas áreas mais remotas e, de forma mais geral, na elevação da qualidade de vida de todos os cidadãos.

Precisamos colocar o conhecimento e o avanço tecnológico, as telecomunicações e a informática, cada vez mais a serviço dos habitantes da região amazônica. É o que estamos fazendo no Brasil, com uma política que não transige com mitos, uma política que, sempre atenta à dimensão humana, lastreia-se na técnica, na busca permanente do melhor conhecimento sobre os recursos e as potencialidades da região.

É normal que seja assim, pois a população da Amazônia está comprometida com a perspectiva de um desenvolvimento amparado no conhecimento, na informação, no progresso técnico que preserve o meio ambiente, promova a melhoria dos indicadores econômicos e sociais e contribua para o reforço da segurança regional.

Emblemático desse novo tempo que se inaugura na região é o Sistema de Proteção e Vigilância da Amazônia, o Sipam/Sivam, projeto com sólido suporte tecnológico e cuja montagem está em curso. Aeronaves de sensoriamento, estações receptoras de imagens e plataformas de radares, além de recursos da telemática, em breve estarão compondo uma rede de monitoramento e análise inteiramente a serviço do desenvolvimento e da segurança da Amazônia.

O Sipam/Sivam será fundamental para a política ambiental brasileira, não apenas na identificação e prevenção de danos à natureza, mas também no mapeamento de possibilidades para o aproveitamento racional e sustentável do ecossistema amazônico.

União, Estados e Municípios terão a seu dispor um importante banco de dados para a definição de políticas nas áreas de aproveitamento florestal, uso do solo, biotecnologia, gerenciamento agrícola e pecuário, transporte fluvial e terrestre, ecoturismo e assentamento agrário.

E aproveito a oportunidade para dizer aos países da região que os serviços do Sivam/Sipam não são exclusivos para o Brasil. Podem ser também objeto de tratados de cooperação que permitam a utilização desses serviços para todos os países irmãos da Região Amazônica e uma integração ainda maior da Região Amazônica no seu conjunto e não apenas da área brasileira da Amazônia.

Também quero me referir aqui às vantagens que o Sivam/Sipam vai trazer para o progresso da Região Amazônica, sem mencionar os ganhos para a demarcação e a proteção das terras indígenas, que têm sido uma preocupação permanente do nosso governo.

As instituições de pesquisa também se beneficiarão das informações colhidas e disseminadas pelo Sipam/Sivam, sobretudo núcleos de reconhecida excelência como o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia e o Museu Paraense Emílio Goeldi, que já se encontram envolvidos no programa que o Brasil desenvolve em parceria com o G-7 de proteção às florestas tropicais.

O sistema será relevante também para as atividades regulares de policiamento aéreo e terrestre, que incluem o controle de práticas nocivas ao meio ambiente, e sobretudo de combate e repressão ao crime organizado.

O Sipam/Sivam será um instrumento muito importante na consecução do objetivo de mapeamento e eliminação das rotas de tráfico de entorpecentes e de contrabando de armas. Sabemos que o crime organizado e outras atividades ilícitas podem prosperar com mais facilidade em áreas carentes de uma presença mais ostensiva do Estado.

Daí a atenção que meu Governo tem procurado dedicar às regiões de fronteira, principalmente aquelas na faixa setentrional da Amazônia, de acesso mais difícil.

Com apoio do Congresso, estou empenhado em dotar dos recursos necessários o Programa Calha Norte, dedicado a reforçar a ação do Estado no extremo norte do País.

É uma área de 1 milhão e 200 mil quilômetros quadrados ao norte dos rios Solimões e Amazonas que passa a ser melhor assistida em segurança, comunicações, transporte, energia e serviços sociais básicos.

A integração da Amazônia às demais regiões do Brasil ver-se-á fortalecida pelo programa plurianual de investimentos em infraestrutura, o Avanço Brasil.

Com participação maciça de capital privado, o programa prevê dois importantes eixos de integração e desenvolvimento na Amazônia: o *Arco Norte*, incluindo os Estados de Roraima e Amapá, e o *Madeira-Amazonas*.

Quanto mais a região se integra ao País, maior o seu envolvimento nas decisões nacionais, inclusive naquelas que contribuem para a maior convergência de interesses entre o Brasil e seus vizinhos.

Boa parte da estratégia acordada na Reunião de Presidentes da América do Sul passa pela Amazônia, a começar pela meta de integração em transporte, energia e comunicações. Novas ligações viárias, bem como os acordos de gás natural e energia elétrica concorrem para a definição da nova geografia econômica da América do Sul.

Também é de grande relevância para a Amazônia a decisão adotada pelos Chefes de Estado reunidos em Brasília de constituir um Fundo Sul-Americano de Ciência e Tecnologia, cujos aportes devem favorecer a adoção pelos países amazônicos de novos padrões tecnológicos, inclusive na área de telecomunicações, que é essencial para o reforço da segurança regional.

A Cúpula de Brasília foi enfática em considerar o problema das drogas e delitos conexos um risco à coesão das estruturas políticas, econômicas e sociais dos países sul-americanos.

Não visualizamos, no caso brasileiro, a participação das Forças Armadas no combate direto a essa modalidade de crime que aflige grande parte da sociedade das Américas. No entanto, é lícita a preocupação com o problema, que pode em alguns casos ameaçar a segurança institucional.

Reafirmamos o entendimento já consagrado no âmbito da OEA de que a cooperação internacional nesse campo deve se reger pelo princípio da responsabilidade compartilhada entre países produtores, países de trânsito e países consumidores, segundo uma estratégia que confira igual ênfase ao controle da oferta, à redução da demanda e ao tratamento de dependentes.

Com vistas a controlar a oferta, concordamos em estreitar a cooperação no campo da inteligência, das operações policiais, da repressão ao tráfico e desvio de precursores químicos, do controle ao tráfico ilícito de armas e do combate à lavagem de dinheiro.

Para tanto, instituímos um mecanismo formal de consultas regulares entre os órgãos responsáveis em cada um de nossos países, a fim de afastar o flagelo do crime organizado.

O Brasil considera fundamental que essa ameaça seja enfrentada com as armas da democracia, com respeito pleno às liberdades públicas e aos direitos humanos, sem o que a luta contra o crime organizado perde legitimidade.

É com essa convicção democrática que o Presidente Andrés Pastana tem buscado a pacificação da Colômbia. Por isso merece nosso firme apoio, que se amplia na compreensão de seus esforços na luta contra o narcotráfico.

Sempre houve solidariedade entre os países amazônicos. Solidariedade que sempre soube combinar cooperação e respeito à soberania nacional. Um dos melhores exemplos é o Tratado de Cooperação Amazônica, cujo compromisso com o desenvolvimento sustentável e a estabilidade da região muito valorizamos.

Estamos dotando o Tratado de uma nova envergadura institucional, com a criação e funcionamento de sua Secretaria Permanente, e para isso é fundamental que se complete o processo de ratificação do Protocolo de Emenda.

Costumo dizer que o mundo globalizado recomenda que os interesses comuns sejam promovidos segundo uma “geometria variável”, que envolve participação em vários foros, sobretudo quando a relevância do tema em pauta transcende o entorno geográfico.

Daí a importância de que a concertação sul-americana progrida passo a passo com outros espaços de cooperação, como o Tratado de Cooperação Amazônica.

O importante é que a concertação se dê sempre em torno de valores comuns, como sói ocorrer com as tratativas no âmbito hemisférico.

Partilhamos com as nações amigas das Américas uma concepção ampla da segurança regional, que pressupõe a adesão à democracia e

ao desenvolvimento sustentável, valores que se consolidam do Alasca à Terra do Fogo e que são muito caros à região que hoje tem o orgulho de hospedar os Ministros de Defesa das Américas.

Também é patrimônio comum dos países aqui representados o compromisso com o princípio da solução pacífica e negociada de controvérsias, em oposição ao uso da força ou à ameaça de seu uso contra qualquer Estado. Os países sul-americanos orgulham-se desse compromisso.

Isso tem permitido não apenas a resolução definitiva de diferendos territoriais, como bem exemplifica o acordo de 1998 entre Equador e Peru, mas a manutenção da América do Sul como uma das regiões menos militarizadas do planeta.

Causou-me particular satisfação a decisão adotada na Cúpula de Brasília de se criar uma Zona de Paz Sul-Americana, que se soma à Declaração do Mercosul, Bolívia e Chile como Zona de Paz e Livre de Armas Nucleares e ao Compromisso Andino de Paz, Segurança e Cooperação.

O ambiente não poderia, portanto, ser mais propício a exercícios como este diálogo hemisférico sobre defesa. Falamos a mesma linguagem, a linguagem da democracia, do desenvolvimento, do Direito.

Queremos cooperar para a segurança de nossos povos e para a elaboração de um novo conceito de Defesa. Um conceito mais amplo, que envolva todos os setores do Estado e da sociedade e ultrapasse o ambiente exclusivo das Forças Armadas.

Desejo a todos uma discussão das mais frutíferas nos dias que se seguem.

Bem-vindos a Manaus.

Bem-vindos ao Brasil.

Muito obrigado.